

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: APRENDIZAGENS VALORATIVAS

Ambrosina Leite da Costa¹

RESUMO: O olhar atento as diversidades é apenas a ponta do *iceberg* para compreendermos o papel da Educação Especial inclusiva na perspectiva democrática, no processo de formação humana e social de todos aqueles à qual pertence o direito garantido em Lei à educação. As inúmeras dificuldades existentes para efetivação da Educação Especial no Brasil se insere principalmente na falta de sincronização entre o pensar e o executar de fato. Apesar de todo um referencial expositivo/legal sobre essa matéria, ainda temos muito o que caminhar para se chegar num campo de efetiva construção do processo de ensino e aprendizagem significativa na Educação Especial. Esse artigo apresenta um olhar empírico sobre o contexto da Educação Especial na Educação Básica na rede pública de ensino como forma de compartilhar práticas e anseios que permeiam o processo de ensino e aprendizagem nas suas diversas realidades. A discussão ora desenvolvida baseou-se no relato de experiências práticas no trabalho com atendimento ao aluno com necessidades especiais, bem como estudos e publicações sobre formação de professores da educação especial e o movimento da política nos últimos anos. O artigo aqui apresentado indica a perpetuação do conhecimento hegemônico na educação especial, associada à carência de debate pedagógico e de discussões acerca do trabalho do professor e seu espaço de atuação, o que retoma a necessidade de reflexão sobre qual a educação especial necessária à educação no Brasil e qual o professor para atuar nessa modalidade. Buscando um olhar crítico sobre as especificidades que é inerente ao saber/fazer pedagógico da prática docente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Prática. conhecimento.

ABSTRACT: A careful look at diversities is just the tip of the iceberg to understand the role of inclusive Special Education in a democratic perspective, in the process of human and social formation of all those to whom the right guaranteed by law to education belongs. The countless difficulties that exist for the realization of Special Education in Brazil are mainly related to the lack of synchronization between thinking and actually performing. Despite an entire expository/legal reference on this matter, we still have a long way to go to reach a field of effective construction of the teaching process and significant learning in Special Education. This article presents an empirical look at the context of Special Education in Basic Education in the public school system as a way to share practices and concerns that permeate the teaching and learning process in its different realities. The discussion now developed was based on the report of practical experiences in working with students with special needs, as well as studies and publications on the training of special education teachers and the political movement in recent years. The article presented here indicates the perpetuation of hegemonic knowledge in special education, associated with the lack of pedagogical debate and discussions about the teacher's work and their space of action, which resumes the need for reflection on what special education is necessary for education in the Brazil and which teacher to work in this modality. Seeking a critical look at the specifics that are inherent to the pedagogical knowledge/doing of teaching practice.

¹ Mestranda em Ciências da Educação; Pós-Graduada em Formação de Educadores em Práticas Interdisciplinares e em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: ambrosina.adm@gmail.com

DESENVOLVIMENTO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Os desafios existentes nas escolas de Educação Básica no Brasil já são expressivamente numerosos, e quando tratamos de Educação Especial numa perspectiva de inclusão chega-se a perceber um abismo entre a teoria e a prática no processo de ensino e aprendizagem. São tantos paradoxos que se insere nesse contexto que até fica difícil delinear quais são mais perceptíveis a “olho nu”, todavia, é necessário, por que não dizer urgente “andar para frente”. Esse caminhar requer uma enorme dose de força de vontade e esforço, tanto da parte requerida – isto é, o professor - como do ator principal, o aluno.

A adoção de um modelo escolar inclusivo exige que o professor rompa com seus posicionamentos sobre o desempenho escolar padronizado e homogêneo dos alunos e desempenhe o seu papel formador, que não mais se restringirá a ensinar somente a uma parcela dos alunos que conseguem atingir o desempenho exemplar esperado pela escola. Assim, ensinará a todos indistintamente. (FRANCO; SCHUTZ, 2020, p. 245).

No Brasil a história nos ensina de maneira bastante clara, quantos momentos de luta foram necessários para se conceber uma ideia de direitos “iguais” para todos – mesmo que isso só ocorra muitas vezes no papel – isto é, ter acesso à educação como uma garantia constitucional que assegurasse a participação de todos no acesso ao seu pleno desenvolvimento cognitivo e sociocultural. Até o advento da Constituição Federal de 1988, a educação especial no Brasil se caracterizou basicamente por ações isoladas, em que o atendimento se destinava mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor escala, às deficiências físicas. (FRANCO; SCHUTZ, 2020, p. 245).

Nas experiências vivenciadas em sala de aula encontramos uma diversidade de situações que nos faz enxergar um mundo extraordinariamente diferente, fora do “encaixe”, é assim que muitos de nós educadores nos sentimos quando nos deparamos com o contexto do ensino na Educação Especial.

O professor de EE, além de sofrer com as mesmas mazelas do professor da sala de aula regular, tais como sobrecarga de trabalho e falta de condições na escola, incorpora em seu cotidiano as indefinições sobre seu papel nas instituições de ensino, pois, ao mesmo tempo em que assume a responsabilidade pela implementação da política de Educação Especial, também é responsável pelo auxílio no uso dos recursos pelos estudantes da sala de recursos

multifuncionais. Cabe salientar que o trabalho do professor que atua nas salas de recursos multifuncionais pode ser desenvolvido com todos os tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, diferentemente do trabalho antes realizado nas salas de recursos exclusivas a um tipo de deficiência. (VAZ, GARCIA, 2017, p.6-7).

As expectativas são muitas vezes frustradas, pois não reconhecemos as nossas limitações em não saber acolher a diversidade. Nos sentimos frágeis diante da impossibilidade de criar mecanismos que nos auxiliem a entender como é verdadeiro e fundamental nosso papel na vida do aluno. Saímos de formação superior cheios de entusiasmo e desejos de colocar em prática todos os conhecimentos ali apreendidos, porém ao adentrar na realidade prática do saber/fazer no chão de sala de aula, encontramos um outro mundo. São escolas sucateadas, famílias desestruturadas, colegas de profissão desestimulados dentre vários outros aspectos que influenciam na nossa prática diária. Não obstante, esbarramos com nossos dilemas pessoais, na inquietude de refletir nossa prática como um fator fundamental para o alcance dos nossos objetivos.

[...] evidencia-se uma necessidade elementar de realizar estudos que problematizem concepções e métodos de trabalho/ensino, ressignificando conceitos e práticas, para um novo olhar sobre o sujeito da educação inclusiva e sua educação escolar, objetivando uma educação efetivamente inclusiva. (MIRANDA, 2019, p. 20).

Essa inquietude, vale salientar, incomoda aqueles profissionais que de alguma forma veem a necessidade de se sentir realizado naquilo que faz. E é nessa inquietude que vão surgindo as possibilidades de se rever e se reinventar na sua prática diária. Trabalhar no contexto da Educação Especial nos proporciona diariamente a possibilidade de crescimento e desenvolvimento pessoal e intelectual no sentido de mostrar que os limites impostos podem ser degraus para o nosso próprio crescimento profissional. Conforme nos ensina Garcia (2017, p. 56) “consideramos que o trabalho de educação especial nas redes de ensino exige muito mais dos professores de educação especial em termos pedagógicos, com destaque para a necessidade de uma sólida formação teórico-prática”.

Recordo-me de uma experiência fantástica que tive quando atuando em sala de aula com alunos com necessidades “especiais”, um deles olhou para mim e disse: “*eu também consigo aprender né, professora*”[grifo meu]. Esse mundo tão cheio de tantas

tecnologias, com tudo acontecendo simultaneamente, passamos despercebidos sobre o quão importante podemos ser na vida de um ser humano. A medida que vamos nos conhecendo e conhecendo o outro encontramos um eixo pelo qual pode nos direcionar na perspectiva de ensinar e aprender ao mesmo tempo.

A existência de um regramento legal que institui políticas de inclusão, sociabilidade e democratização do ensino público possibilita a construção de um conhecimento sólido, no que diz respeito a Educação Especial é com certeza um marco indiscutível para sociedade. Esse embasamento só reforça a necessidade de se constituir um processo de formação amplo e diversificado, no sentido de trazer um “espelho” da nossa realidade. Não se pode admitir qualquer forma de exclusão, principalmente no âmbito educacional, por negativa de soluções legais. É imperativo, a iniciativa de todos órgãos competentes incentivar e estimular ações que viabilize a educação inclusiva a todos em qualquer esfera da sociedade. Conforme enfatiza Miranda (2019, v.2, p. 14) “ela representa um caminho que está sendo construído, em vias de consolidar uma sociedade mais justa, solidária e apta a garantir os direitos das pessoas que nela vivem”.

A nossa LDB 9394/96 foi um grande avanço para educação. Apesar de ainda ser limitadora em vários aspectos, trouxe enormes contribuições para o campo da educação especial. Temos ainda várias regulamentações de âmbito nacional que trouxeram efetividade na aplicação de políticas educacionais de caráter inclusivo e social. A importância da existência de regulamentação incide justamente na obrigação de ser/existir fundamentos que reconhece a construção de uma sociedade equitativa e menos desigual.

A partir dessa visão foi criada a chamada Base Nacional Comum Curricular – BNCC, objetivando unificar, porém de maneira flexível a base de conteúdo a serem ministrados em todas as escolas do Brasil. Na sua concepção, se buscou levar em consideração as mais variadas formas de aprendizagem. Visto que, a integração currículo e realidade advém de uma série de especificidades existente no ambiente educacional e sociocultural.

No entanto, em sala de aula, de forma mais específica, essa integração acaba sendo mitigada ou até mesmo omissa, seja pelas questões matérias e estruturais do espaço escolar, seja pela inabilidade e motivação do profissional que atua diretamente com o aluno. Para se sobressair em sua prática pedagógica muitos profissionais da educação

buscam estímulos através de formações específicas para sua área de atuação ou até mesmo se reinventando através de compartilhamentos de experiências exitosas de colegas de profissão que vivenciam e atestam eficácia nas suas atividades. São estratégias simples, como utilização de matérias diversos que são de uso comum dos alunos e podem ser facilmente manipulados pelos mesmo e assim facilitam sua interação com o conhecimento produzido, até a sua efetiva participação na construção do seu próprio conhecimento.

Consideramos que a articulação pedagógica necessária e fundamental entre classe comum e atendimento educacional especializado precisa ser objeto de discussão, a fim de superar a atual fragilidade que enfrenta mediante as definições propostas ao trabalho a ser realizado no âmbito do AEE. É preciso que as pesquisas evidenciem práticas pedagógicas de professores do AEE e da classe comum que, apesar das condições propostas ao trabalho docente, estejam de fato desenvolvendo uma articulação pedagógica com vistas ao processo de escolarização com apropriação do conhecimento escolar. (GARCIA, 2017, p. 50).

A participação efetiva do aluno na elaboração e construção do seu próprio conhecimento é a chave para obtenção da aprendizagem verdadeiramente significativa. Para que sua assimilação tenha significado e sentido naquilo que está sendo proposto a apreender. Um exemplo simples são as formas de se trabalhar as operações matemáticas criando situações de negociação de compra e venda, onde o aluno é estimulado a fazer uma ação “corriqueira” dentro do seu contexto familiar. O processo de ensino e aprendizagem precisam necessariamente estarem interligados ao contexto dos alunos, do contrário esse ensino torna-se uma mera exposição sem nenhum significado. Portanto, considerar seu meio social, seus conhecimentos prévios e suas habilidades e competências é essencial para que se tenha um resultado positivo na construção do conhecimento significativo.

Se políticas de inclusão escolar permanecerem fixas somente na criação de leis, decretos e notas técnicas, não é possível captar a realidade e perceber que existem necessidades que vão além daquelas que se encontram presentes nos documentos oficiais, e que precisam ser conhecidas e atendidas para que a proposta de igualdade se realize na prática escolar do dia-a-dia. Até o momento, o que se percebe é a presença de contradições, um distanciamento entre as necessidades reais do sistema de educação e ensino e os textos legais que norteiam a política de educação inclusiva. (MIRANDA, 2019, p. 21).

A partir dessa visão foi criada a chamada Base Nacional Comum Curricular – BNCC, objetivando unificar, porém de maneira flexível a base de conteúdo a serem ministrados em todas as escolas do Brasil. Na sua concepção, se buscou levar em consideração as mais variadas formas de aprendizagem. Visto que, a integração currículo e realidade advém de uma série de especificidades existentes no ambiente educacional e sociocultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA SILVA, Emerson Vicente; DE ARAÚJO, Miriam Esperidião. O Papel do Estado, dos Docentes e da Família na Constituição de uma Educação Inclusiva. **Revista Acadêmica Integra/Ação**, v. 1, n. 1, p. 47-60, 2017.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 244-255, 2020.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Disputas conservadoras na política de educação especial na perspectiva inclusiva. GARCIA, Rosalba. **Políticas de Educação Especial no Brasil do Início do Século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, p. 19-66, 2017.

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos Históricos da educação Inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019.

VAZ, Kamille; GARCIA, Rosalba Cardoso. O professor de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: reflexões acerca da articulação entre o modelo de professor e o projeto de escola. **REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED**. ANPED-SUL, p. 1-15, 2017.